

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

I – Entidade Adjudicante

1. A entidade adjudicante é a ABIMOTA – Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins, sita na Rua Ramiro Soares de Miranda, 133, 3750-866 Borralha – Águeda, com o telefone n.º 234 612 640 e com o endereço de correio eletrónico geral@abimota.pt e site www.abimota.org
2. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é acinGov e encontra-se disponível em www.acingov.pt.

II – Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada em 15 de Setembro de 2022, pelo Secretário Geral da ABIMOTA, no exercício das competências que lhe foram delegadas pela Direção da ABIMOTA, em 07/02/2022.

III – Objeto do Procedimento

1. O objeto do presente procedimento consiste na **Aquisição de Rede Informática Wi-Fi e Servidores**.
2. A presente aquisição de serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) com o código CPV 30230000-0, designada de Equipamento informático.

IV – Fundamentação da escolha do procedimento

O procedimento para a formação deste contrato de aquisição é a consulta prévia de acordo com a alínea c) do n.º1 do artigo 20.º CCP

V - Preço base e preço contratual

1. O preço base do procedimento é de **72.000,00 €** (Setenta e dois mil euros), sendo este o preço máximo que a entidade se propõe a pagar pelo fornecimento dos bens e serviços objeto da presente contratação, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável em vigor
2. A proposta será excluída se apresentar um preço contratual, superior ao indicado no número anterior, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do CCP

VI – Pedidos de Esclarecimentos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados na plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. No prazo estabelecido no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação da proposta.

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

4. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação da proposta, ou até ao final do prazo de entrega de proposta, devendo, neste último caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
8. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior.

VII – Proposta

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
3. Os preços totais e unitários apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
4. A proposta terá de ser apresentada na plataforma eletrónica www.ancingov.pt, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.
5. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

VIII – Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
 - d) Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante;
 - e) Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

IX – Propostas variantes

Não é admitida, em caso algum, a apresentação de propostas variantes.

X – Prazo e modo de apresentação da proposta

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço www.acingov.com, num prazo de 7 dias, até à data e hora referidas na referida plataforma.
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

XI – Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação

XII – Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade da avaliação do preço ou custo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP.
2. Em caso de empate será privilegiada a proposta que apresente o menor prazo de entrega.

XIII – Prazo da obrigação de manutenção da proposta

O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

XIV – Análise das Propostas

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.
2. Na análise das propostas os serviços terão em consideração apenas os documentos exigidos no presente convite. Os demais documentos apresentados pelos concorrentes não serão objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no caderno de encargos e convite.

XV – Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 dias (úteis)** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

- a) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);
- e) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente);

Deverão, ainda, entregar os seguintes documentos:

- f) Cartão de Cidadão / Número de Contribuinte / Bilhete de Identidade da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.

5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

XVI – Caução

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do CCP

XVII – Contrato

De acordo com o artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito.

XVIII – Aceitação da Minuta do Contrato

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.

XIX – Reclamação contra a Minuta

1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

XX – Publicitação e eficácia do contrato

De acordo com o n.º 3 do artigo 127.º do CCP, a publicitação da celebração do contrato no portal dos contratos públicos é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

XXI – Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

 ABIMOTA	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

ANEXOS

- Caderno de Encargos
- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I Cláusulas Genéricas

Cláusula 1ª Objeto

O presente Caderno de Encargos contém as cláusulas gerais e técnicas para a **Aquisição de Rede Informática Wi-Fi e Servidores**

Cláusula 2ª Preço base e preço contratual

1. O preço base do procedimento é de **72.000,00 €** (setenta e dois mil euros), sendo este o preço máximo que a entidade se propõe a pagar pelo fornecimento dos bens e serviços objeto da presente contratação, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável em vigor
2. A proposta será excluída se apresentar um preço contratual, superior ao indicado no número anterior, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do CCP

Cláusula 3ª Obrigações gerais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e no presente caderno de encargos, são obrigações gerais do adjudicatário:
 - a) A prestação de todos os serviços identificados na proposta adjudicada em condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário;
 - b) A garantia dos serviços adjudicados, assumindo a responsabilidade por qualquer defeito ou discrepância em relação às características, especificações e requisitos técnicos, previstos neste caderno de encargos, dos serviços objeto do contrato no momento da sua entrega;
 - c) Os serviços objeto do contrato devem ser pontualmente disponibilizados, nos termos do presente caderno de encargos, sob pena de aplicação de sanção contratual.
 - d) O adjudicatário obriga-se a disponibilizar todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles em língua portuguesa.

Cláusula 4.ª Obrigações Gerais da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e no presente caderno de encargos, são obrigações gerais das Partes:
 - a) Manter atualizados os endereços de correio eletrónico, bem como outros meios de transmissão eletrónica de dados, a que ficam vinculados para efeitos de comunicação e notificação;

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

b) Cada uma das partes deve cumprir as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e da lei, salvaguardando as situações que constituam motivos de caso fortuito ou força maior, nomeadamente epidemias, greves, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagem, atos de guerra ou terrorismo, motins, embargos ou bloqueios internacionais e ataques por meios eletrónicos.

c) Para efeitos do disposto no número anterior, não constituem casos de força maior:

a. Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com o mesmo ou respetivos subcontratados;

b. Determinações administrativas ou judiciais de natureza injuntiva, sancionatória ou não, ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária ou seus subcontratados de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;

c. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário ou cuja causa ou propagação se deva ao incumprimento por este de normas de segurança ou dos deveres de diligência e zelo normalmente exigíveis;

d. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário que não sejam devidas a sabotagem ou ataques por meios eletrónicos.

d) A ocorrência de qualquer situação de força maior, conforme supra descrito, deve ser imediatamente informada à outra parte e devem ser empenhados os melhores esforços para limitar as consequências daí advindas.

e) Sem prejuízo de outras nulidades ou anulabilidades resultantes da lei, são nulas e não produzem quaisquer efeitos as cláusulas contidas nas peças do procedimento, incluindo a proposta adjudicada, que limitem as responsabilidades do adjudicatário.

Cláusula 5ª

Dever de Sigilo

1. O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, quer da entidade adjudicante quer referente a todos os documentos a que tiver acesso ou produzir durante a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não seja o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Fica excluído do dever de sigilo acima previsto a informação e a documentação que seja, ou tivesse sido, comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja obrigado a revelar por força de lei, autoridade policial, judicial ou administrativa com poderes para o efeito.

Cláusula 6ª

Verificação de conformidade

1. A entrega dos bens e serviços será objeto de verificação e conformidade pela entidade

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CP/2/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

adjudicante.

2. Caso os bens e serviços fornecidos não devam ser aceites, fundamentadamente, por razões de qualidade e/ou inaptidão, a entidade adjudicante fixará um prazo razoável ao adjudicatário para a sua substituição.

3. Para os efeitos previstos no número anterior, caso o adjudicatário não tenha efetuado, em devido tempo, a substituição, pode a entidade adjudicante adquirir e executar o(s) serviço(s) de outro cocontratante, ficando o adjudicatário responsável por todos os encargos decorrentes da situação causada.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, constitui fundamento para verificação do incumprimento definitivo do contrato pelo adjudicatário a não substituição ou não execução dos serviços a prestar se, após notificado para o efeito, não apresentar qualquer justificação bem como não demonstrar a possibilidade de ainda executar o contrato em prazo adequado.

Cláusula 7ª

Sanções contratuais

O não cumprimento do prazo de entrega/execução por parte do adjudicatário, confere à entidade adjudicante o direito de aplicar, por cada dia de atraso, a multa diária resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$P = \frac{V \times A}{100} \times Pe$$

Em
que:

P = Valor da penalidade por cada dia de atraso;

V = Valor global dos equipamentos/serviços em apreço; A = Número de dias seguidos de atraso;

Pe = Prazo de entrega/execução propostos.

Até ao limite dos montantes referidos no art.º 329.º do CCP.

Cláusula 8ª

Forma e prazo de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

i. 100 % com a instalação dos equipamentos;

2. O prazo de pagamento é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de receção da respetiva fatura nos Serviços da entidade adjudicante.

3. A fatura apenas poderá ser emitida após a assinatura do respetivo auto de receção da prestação do serviço.

4. O processo de confirmação e verificação da fatura para determinação da conformidade dos bens ou serviços não poderá ultrapassar o prazo de 30 dias.

5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento regularizador da fatura em causa.

6. O prazo referido no n.º 3 suspender-se-á na data da notificação ao adjudicatário, referida

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

no número anterior, retomando a sua contagem após a respetiva resposta.

7. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos legais.

8. O atraso em um ou mais pagamentos não determina em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 9ª

Descrição do Objeto

- Designação: Rede Informática Wi-Fi e Servidores
- Descrição: Infraestrutura informática de suporte às atividades realizadas, contemplando Servidores, pontos de acesso e respetivas interligações.

Cláusula 10ª

Características Técnicas Gerais

- O equipamento deverá ser fornecido, instalado e colocado em serviço de acordo com os pontos seguintes:

CABLAGEM

Artigo	Qtd.
Armário mural 19" INIBOX 9 U 560mm (ou equivalente)	3
GigaMedia painel 24P Cat6 Vazio (ou equivalente)	4
GigaMedia Conector UTP CAT6 (ou equivalente)	24
Efapel Calha 40x16 ADESI (ou equivalente)	40
Gigamedia Cabo UTP CAT6 LSOH Violeta (ou equivalente)	1.000
REX Guia de Cabos 19" 1U (ou equivalente)	3
Legrand CX PLEXO MOSAIC CINZA (ou equivalente)	14
Legrand PLEXO ADAPT MOSAIC (ou equivalente)	14
Gigamedia Placa 45x45 Dupla (ou equivalente)	14
Calha Metálica Perfurada 150x50	100
UNEX Suporte Vertical 150 CZ (ou equivalente)	45
curva 90º	10
união calha	45

Todos os circuitos UTP a estabelecer devem ser certificados.

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

NETWORKING

Artigo	Qtd.
Aruba AP-505 (RW) Unified AP (ou equivalente)	21
Aruba AP-565 (RW) Outdoor 11ax AP (ou equivalente)	2
AP-270-MNT-H1 270 Series Mt Kit (ou equivalente)	2
Aruba 2930F 24G PoE+ 4SFP+ Swch (ou equivalente)	4
Aruba 2930F 24G PoE+ 4SFP+ Swch EU en (ou equivalente)	4
AP-MNT-D AP mount bracket individual D (ou equivalente)	1
AP-MNT-MP10-D AP mount bracket 10-pack D (ou equivalente)	2
Aruba 10G SFP+ to SFP+ 3m DAC Cable (ou equivalente)	4

FIREWALL

Artigo	Qtd.
FortiGate-61F Hardware plus 24x7 FortiCare and FortiGuard Unified Threat Protection (UTP) - FortiGate61F Hardware plus 3 Year 24x7 FortiCare and FortiGuard Unified Threat Protection (UTP) (ou equivalentes)	1

LICENCIAMENTO VEEAM

Artigo	Qtd.
Veeam Backup Essentials Universal Subscription License. Includes Enterprise Plus Edition features. - 3 Year Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support (ou equivalente)	1
Veeam Backup for Office 365. 3 Years Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support. (ou equivalente)	30

SERVIDOR PRODUTIVO

Artigo	Qtd.
HPE DL360 Gen10+ 8SFF NC CTO Svr (ou equivalente)	1
INT Xeon-G 5315Y CPU for HPE (ou equivalente)	2
HPE 32GB 2Rx4 PC4-3200AA-R Smart Kit (ou equivalente)	8
HPE DL360G10+ 8SFF x1Tmode U.3 BC BP Kit (ou equivalente)	1
BCM 57412 10GbE 2p SFP+ Adptr (ou equivalente)	1
HPE 96W Smart Stg Li-ion Batt 145mm Kit (ou equivalente)	1
Broadcom MR416i-a Cntrl for HPE Gen10+ (ou equivalente)	1
INT I350 1GbE 4p BASE-T OCP3 Adptr (ou equivalente)	1
HPE DL36x Gen10+ High Perf Fan Kit (ou equivalente)	1
HPE 800W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit (ou equivalente)	2
HPE Rdnt 2m 10A C13-C14 Jpr Cord (ou equivalente)	2
HPE 1U Gen10 Bezel Kit (ou equivalente)	1

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

HPE Gen10 Plus TPM BR Module Kit (ou equivalente)	1
HPE Gen10+ Intrusion Detection Kit (ou equivalente)	1
HPE DDR-4 DIMM Blanks Kit (ou equivalente)	1
HPE DL300 G10+ 1U SFF Easy Inst Rail Kit (ou equivalente)	1
HPE DL300 Gen10+ 1U CMA for Rail Kit (ou equivalente)	1
HPE DL360 Gen10+ Stnd Heat Sink Kit (ou equivalente)	2
HPE iLO Adv Elec Lic 3yr Support (ou equivalente)	1
HPE Installation SVC (ou equivalente)	1
HPE Entry 300 Series Install Service (ou equivalente)	1
HPE 3Y Tech Care Essential SVC (ou equivalente)	1
HPE Proliant DL360 Gen10+ Support (ou equivalente)	1

SERVIDOR DE GESTÃO

Artigo	Qtd.
HPE DL380 Gen10+ 8SFF NC CTO Svr (ou equivalente)	1
HPE DL380 Gen10 ICX CTO Mod-X 8SFF (ou equivalente)	1
INT Xeon-S 4309Y CPU for HPE (ou equivalente)	2
HPE 16GB 1Rx4 PC4-3200AA-R Smart Kit (ou equivalente)	2
HPE DL300 Gen10+ 2U 8SFF x4Tmode U.3 Kit (ou equivalente)	1
HPE 2TB SATA 7.2K SFF BC 512e HDD (ou equivalente)	6
HPE 240GB SATA RI SFF BC MV SSD (ou equivalente)	2
HPE DL380 Gen10+ x8/x16/x8 Prim FIO Kit (ou equivalente)	1
BCM 57412 10GbE 2p SFP+ Adptr (ou equivalente)	1
HPE 96W Smart Stg Li-ion Batt 145mm Kit (ou equivalente)	1
Broadcom MR416i-a Cntrl for HPE Gen10+ (ou equivalente)	1
INT I350 1GbE 4p BASE-T OCP3 Adptr (ou equivalente)	1
HPE DL300 Gen10+ 2U Stnd Fan Kit (ou equivalente)	1
HPE 800W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit (ou equivalente)	2
HPE Rdnt 2m 10A C13-C14 Jpr Cord (ou equivalente)	2
HPE DL380 Gen9 8SFF H240 Cable Kit (ou equivalente)	1
HPE DL300 Gen10+ 2U x2 Tri-Mode Cbl Kit (ou equivalente)	1
HPE Gen10 2U Bezel Kit (ou equivalente)	1
HPE Gen10 Plus TPM BR Module Kit (ou equivalente)	1
HPE Gen10 TPM 1.2 FIO Setting (ou equivalente)	1
HPE DL38X Gen10+ 2U SFF EI Rail Kit (ou equivalente)	1
HPE DL38X Gen10+ 2U CMA for Rail Kit (ou equivalente)	1
HPE DL380 Gen10+ Stnd Heat Sink Kit (ou equivalente)	2
HPE iLO Adv Elec Lic 3yr Support (ou equivalente)	1
HPE Installation SVC (ou equivalente)	1
HPE 300 Series Installation Service (ou equivalente)	1
HPE 3Y Tech Care Essential SVC (ou equivalente)	1
HPE Proliant DL380 Gen10+ Support (ou equivalente)	1

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

Rack

Artigo

	Qtd.
HPE R/T3000 G5 HV INTL UPS (ou equivalente)	1
HPE 42U 800x1200mm Adv G2 Kit Plt Rack (ou equivalente)	1
HPE G2 Basic 3.6kVA/(12) C13 WW PDU (ou equivalente)	2
HPE C19/C20 WW 16A 2m Blk Lckng PC (ou equivalente)	2
HPE Single Phase 1Gb UPS Ntwrk Mgmt Mod (ou equivalente)	1

2. Todas as marcas de equipamentos mencionadas na listagem de artigos constante do n.º 1 da presente cláusula, poderão ser substituídas por marcas equivalentes desde que previamente autorizado pelo adjudicatário.
3. Deve ser estabelecida toda a instalação elétrica necessária ao adequado funcionamento destes sistemas, em segurança e de acordo com a legislação aplicável à data.

Cláusula 11ª

Climatização de Sala Técnica

Fornecimento e instalação de ar condicionado Daikin (ou equivalente), unidade interior de, no mínimo, 9000 BTU e unidade exterior a colocar junto de unidades existentes na cobertura.

Cláusula 12ª

Prazo de execução

1. O adjudicatário deverá entregar o equipamento no prazo máximo de 90 dias após assinatura do contrato;
2. O prazo referido no número anterior poderá ser aumentado, sem qualquer sanção, desde que o atraso não seja exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário ou a sua justificação seja aceite pela entidade adjudicante, e apenas pelo prazo necessário, desde que não ultrapasse 30 dias.

Cláusula 13ª

Assistência Técnica

1. Relativamente à assistência técnica deverão ser cumpridos os seguintes requisitos:
 - a) Assistência técnica fornecida por técnicos qualificados, no prazo máximo de 48 horas em dias úteis;
 - b) O custo/hora da assistência técnica não deverá ultrapassar o valor 60,00 € e deverá manter-se fixo durante os primeiros 3 anos;

Cláusula 14ª

Requisitos de Manutenção

1. Relativamente à necessidade de manutenção deverão ser cumprir os seguintes requisitos:
 - a) Baixos requisitos de manutenção;

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [.....]

b) [.....]

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

	CONVITE	
	Rede Informática Wi-Fi e Servidores	
	Código	CPG/3/ABIMOTA/2022
	CPV	30230000-0 - Equipamento informático
	Código projeto	CENTRO-01-0246-FEDER-000036

(local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]